



PAULO FREIRE E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: VISÃO PROPOSITIVA PARA EXPLORAR A AUTONOMIA NO ENSINO-APRENDIZAGEM

Braian Veloso (braiangarritoveloso@gmail.com, Universidade Federal de São Carlos)

RESUMO. A Educação a Distância (EaD) tem ganhado bastante destaque em razão das medidas de distanciamento e isolamento social preconizadas pelo órgão máximo de saúde no mundo em decorrência da pandemia ocasionada pelo novo coronavírus. Em meio à crise político-econômica, surge e necessidade de repensar as práticas nessa modalidade, objetivando construir propostas de qualidade, que explorem teorias e concepções importantes no âmbito da educação. Assim, o objetivo deste artigo é analisar a autonomia presente na pedagogia freiriana e sua contribuição para propostas de ensino-aprendizagem no âmbito da EaD. Para isso, foi feita uma revisão bibliográfica acerca de alguns postulados da teoria freiriana. Como resultados, sugerimos propostas a serem exploradas nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) com vistas a desenvolver e respeitar a autonomia dos educandos. Nossas sugestões concentram-se nas ferramentas: fórum, ferramenta de tarefa e/ou produção textual, webconferência síncrona e glossário.

Palavras-chave: Educação a Distância. Paulo Freire. Autonomia.

ABSTRACT. Distance Education has gained a lot of prominence due to the distance and social isolation measures recommended by the maximum health agency in the world due to the pandemic caused by the new coronavirus. In the midst of the political-economic crisis, there is a need to rethink the practices in this modality, aiming to build quality proposals that explore important theories and concepts in the field of education. Thus, the objective of this article is to analyze the autonomy present in Paulo Freire's pedagogy and its contribution to teaching-learning proposals in distance education. For this, a bibliographic review was made about some postulates of Freirian theory. As a result, we suggest proposals to be explored in the Learning Management System (LMS) with a view to developing and respecting the students' autonomy. Our suggestions are concentrated on the tools: forum, task tool and/or textual production, synchronous web conferencing and glossary.

Keywords: Distance Education. Paulo Freire. Autonomy.

1. INTRODUÇÃO

Em meio à crise político-econômica desencadeada pelo surgimento de uma pandemia, várias propostas de ensino-aprendizagem pensadas, até então, para a educação presencial depararam-se com a necessidade de reconfiguração dos espaços e tempos de trabalho. A Educação a Distância (EaD) e, de forma geral, o ensino mediado por tecnologias digitais tornaram-se alternativas – ou necessidades – para muitas instituições, como forma de manter o calendário letivo, em que pesem as paralisações das aulas presenciais decorrentes do isolamento e distanciamento social preconizados pelo órgão máximo de saúde no mundo. Entrementes, vários profissionais e pesquisadores da educação foram impelidos a repensar suas próprias práticas e pesquisas.

Diante disso, atentando-se às novas demandas da contemporaneidade e, especialmente, às mudanças que, decerto, irão ocorrer posteriormente à crise, torna-se premente repensar sobre o papel da EaD. Como é possível oferecer cursos nessa modalidade que sejam, efetivamente, de qualidade? Que teorias pedagógicas podem ser utilizadas com vistas a embasar o processo de ensino-aprendizagem em cursos a distância? É possível falar em EaD de qualidade no Brasil, mesmo com a abissal desigualdade que permeia a sociedade? Pois bem, em face desses questionamentos, propomos um resgate, de um dos teóricos mais importantes da educação brasileira, no sentido de observar possíveis contribuições da obra de Paulo Freire para cursos na modalidade a distância que estejam alinhados à oferta de formação de qualidade, calcada em ideais de emancipação e que, sobretudo, preocupem-se com o respeito à autonomia dos educandos.

O objetivo deste artigo é, pois, analisar a autonomia presente na pedagogia freiriana e sua contribuição para propostas de ensino-aprendizagem no âmbito da EaD. Para tanto, lançamos mão de uma revisão bibliográfica colimando apreender determinados conceitos das discussões de Paulo Freire. Com base nisso, buscar-se-á relacioná-los a alguns pilares de cursos a distância que almejam qualidade na oferta. É por isso que a estrutura deste texto está cindida da seguinte forma: abordamos, primeiramente, os conceitos de educação permanente e autonomia em Paulo Freire; em seguida, exploramos essas concepções à luz de sua importância para a EaD; depois disso, propusemos algumas ferramentas e ideias básicas de atividades em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) com o intuito de desenvolver e respeitar a autonomia dos educandos; por fim, apresentamos algumas considerações finais.

2. EDUCAÇÃO PERMANENTE E AUTONOMIA

A temática da *autonomia* é proeminente nas discussões freirianas, bem como aquela da educação permanente. De acordo com Freire (1996), o inacabamento é algo próprio da experiência dos sujeitos. A partir da consciência de sua própria inconclusão enquanto ser, o indivíduo se posiciona não como alguém que se adapta ao mundo, mas como aquele que nele se insere, lutando para não ser apenas objeto. Nas palavras de Freire (1996, p. 33-34):

[...] A consciência do mundo e a consciência de si inacabado necessariamente inscrevem o ser consciente de sua inconclusão num permanente movimento de busca. Na verdade, seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, o ser humano não se inserisse em tal movimento. É neste sentido que, para mulheres e homens, estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros.

Precisamente na consciência a respeito da própria inconclusão que, para Freire (1996), assenta-se a educação como processo permanente. Enquanto indivíduos cognoscentes inseridos numa sociedade lépida, que se transforma rapidamente em razão dos avanços tecnológicos e científicos, o entendimento da condição de sujeitos inacabados é sobejamente necessário para que se possa apreender o sentido de educabilidade. Esta que pressupõe a capacidade de educar-se para além dos espaços físicos que balizam a educação formal. Não é apenas na instituição escolar que os indivíduos se educam, mas na sua inserção no mundo enquanto seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão. Logo, num contexto social permeado pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), em que o conhecimento se apresenta cada vez mais difuso e extraterritorial, o conceito de educabilidade se estende aos ambientes virtuais e ubíquos. Educar-se permanentemente tem que ver com as relações humanas que, hodiernamente, estabelecem-se também em redes sociais e em espaços mediados por distintos recursos tecnológicos.

Consoante Freire (2001), os conteúdos, os objetivos, os métodos, os processos e os instrumentos metodológicos a serviço da educação permanente não apenas podem, mas variam de acordo com cada recorte no tempo e no espaço. O autor está se referindo às cidades como ambientes que educam. Mas essa concepção freiriana nos permite depreender que a formação do sujeito não se delimita aos ambientes propriamente configurados para tal. Os seres humanos são, a bem da verdade, finitos, de tal sorte que a sua construção perpassa os momentos de toda a existência, o que inclui, por certo, as relações sociais e, mormente, o seu entendimento enquanto seres inconclusos. Assim como as cidades, espaços de intervenção e atuação humana, os ambientes virtuais, hoje, constituem-se como locais de trocas, de comunicação, de autoria e, por consequência, formação permanente.

De acordo com Freire (1996, p. 34), “outro saber necessário à prática educativa, e que se funde na mesma raiz que acabo de discutir – a da inconclusão do ser que se sabe inconcluso -, é o que fala do respeito à autonomia do ser educando”. Enquanto sujeitos inseridos num contexto histórico e político, imbuídos de uma curiosidade epistemológica que os move na incessante busca pelo *ser mais*, os discentes possuem uma identidade própria, que inclui sua visão de mundo, bem como sua percepção acerca da realidade. O respeito aos conhecimentos dos educandos é indelével na obra de Paulo Freire. O autor sempre se preocupou com a perspectiva de partir do *aqui* e do *agora* dos discentes, a fim de, com eles, caminhar a um entendimento mais crítico e aprofundado de sua condição sócio-histórica. Isso envolve, portanto, respeito à autonomia dos educandos que, justamente pela consciência de sua inconclusão, apresentam-se como inacabados, num processo permanente de educação. Tomamos emprestadas as palavras de Freire (1996, p. 35):

[...] O professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente, sua sintaxe e sua prosódia; o professor que ironiza o aluno, que minimiza, que manda que “ele se ponha em seu lugar” ao mais tênue sinal de sua rebeldia legítima, tanto quanto o professor que se exige do cumprimento de seu dever de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do educando, transgride os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência.

Na contramão da educação bancária criticada por Freire (1994), o educador progressista deve considerar, em suas práticas, a curiosidade dos seus alunos. Deve se atentar à presença deles no mundo enquanto sujeitos e não apenas objetos. Isso implica respeito à autonomia, à capacidade de criação e condução da própria aprendizagem. O educador verdadeiramente progressista compreende que os seus alunos são seres inacabados, e que o processo formativo desborda da instituição formal e se estende às relações em sociedade. Num contexto altamente influenciado pelas possibilidades tecnológicas, é importante que o professor considere os espaços virtuais como ambientes também de formação. Não quer dizer, no entanto, que as tecnologias sejam neutras. Pelo contrário, a democratização do acesso à internet, por exemplo, não é capaz, por si só, de reduzir desigualdades a fim de sobrepujar situações de opressão. Ora, essas mesmas ferramentas tecnológicas podem ser responsáveis por acentuar problemas sociais.

No entendimento de Freire (2013), não cabe à tecnologia, sozinha, decidir sobre a que prática servir, mas aos sujeitos, movidos por ideais de emancipação e clareza política. O processo educacional, entendido como construção conjunta do conhecimento, em que educador e educandos caminham *pari passu* no desenvolvimento de suas faculdades, deve lançar mão dos recursos tecnológicos sem, no entanto, esquecer-se das intenções políticas que os subjazem. Respeitar a autonomia dos alunos, assim como sua condição enquanto indivíduos engajados numa incessante busca do *ser mais*, cria a necessidade de partir da realidade dos próprios discentes. Estes que, malgrado as desigualdades no acesso, nascem inseridos num mundo digital, permeado por TDIC. Para o educador progressista que busque partir da própria realidade dos alunos, torna-se urgente considerar a sociedade altamente tecnológica em que eles estão inseridos.

Cada vez mais os discentes chegam às instituições escolares influenciados, de diferentes maneiras, pelas tecnologias. Enredados em ambientes virtuais, eles se relacionam com outras pessoas por meio da internet. Aprendem, desde logo, a procurar informações em buscadores digitais – o que não representa, necessariamente, capacidade de filtrar e analisar criticamente o conhecimento. São jovens que se deparam com uma profusão de informações produzidas de forma célere. A todo instante são sobrecarregados com conteúdos das mais variadas formas e nos mais distintos formatos. Não só consomem conteúdo, como também produzem. São, por essência, seres inconclusos, que aprendem e apreendem a realidade que, para eles, mostram-se, por vezes, virtual, extraterritorial e digital.

Posto isso, consideramos que, a princípio, o educador progressista que orienta suas práticas a partir de postulados de teoria freiriana deve considerar pressupostos basilares, dentre os quais destacamos, neste artigo, a autonomia e a educação permanente. Além disso, o professor que lança mão da filosofia de Paulo Freire deve respeitar o *saber de experiência feito*, ou seja, o conhecimento de mundo e a realidade dos seus educandos. Quer dizer que o docente não pode ignorar o mundo tecnológico que incide sobre o processo de construção e formação dos sujeitos que dele fazem parte. De que maneira, então, a Educação a Distância pode ser considerada em consonância com esses aspectos? Na busca de possíveis respostas a esse questionamento, debruçamo-nos sobre relações entre a pedagogia de Paulo Freire e a EaD nas partes subsequentes deste texto

3. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: EDUCAÇÃO PERMANENTE ALIADA À AUTONOMIA NA APRENDIZAGEM

Antes de partirmos às proposições de uma abordagem que abarque, concomitantemente, a pedagogia freiriana e as experiências na EaD, enfocamos a definição desta colimando instituir precisões teóricas. Entendemos, aqui, que essa modalidade, consubstanciando contribuições da literatura da área e a legislação brasileira, constitui-se pela separação, espacial e/ou temporal, dos sujeitos envolvidos no ensino-aprendizagem que se mantêm conectados por meio de TDIC. Valendo-se das interações docente-alunos, alunos-alunos e, inclusive, alunos-conteúdos, os cursos a distância primam pela autonomia que deve ser desenvolvida como predicado indispensável ao êxito nas mais variadas propostas. Dessa maneira, a flexibilidade no processo educacional, vantajosa *a priori*, pode incorrer em problemáticas, sobretudo se não houver, por parte dos educandos, disciplina, organização e desenvolvimento de uma aprendizagem que, dentre outros aspectos, destaca-se pelo caráter autônomo.

Sob a ótica de Belloni (2003), o conceito de aprendentes capazes de autogestão em seus estudos é ainda incipiente, de maneira que o estudante com autonomia ainda é exceção nas universidades abertas ou convencionais. Com a expansão acentuada da EaD também no Brasil é certo que tem se exasperado a celeuma sobre essa temática. No entanto, verifica-se, empiricamente, uma ainda predominante dependência, em muitas propostas de educação presencial, dos alunos com relação a um ensino calcado na transmissão de conteúdos. Não menos verdade é o fato de que muitas experiências de curso a distância pouco exploram as capacidades de autonomia que se mostram tão necessárias na modalidade. De todo modo, há que se considerar que, em razão de suas especificidades, a EaD é um terreno fértil para o desenvolvimento de uma aprendizagem mais autônoma. Para Moran (2003, p. 5):

Com os processos convencionais de ensino e com a atual dispersão da atenção da vida urbana, fica muito difícil a autonomia, a organização pessoal, indispensável para os processos de aprendizagem a distância. O aluno desorganizado vai deixando passar o tempo adequado para cada atividade, discussão, produção e pode sentir dificuldade em acompanhar o ritmo de um curso. Isso atrapalha sua motivação, sua própria aprendizagem e a do grupo, o que cria tensão ou indiferença.

A organização dos cursos a distância, devido à separação no tempo e/ou no espaço entre os sujeitos, propicia a flexibilização do processo. Isso, contudo, demanda competências assaz específicas por parte dos discentes, como a capacidade de gerir o próprio aprendizado. O aluno, em meio à flexível disponibilização dos conteúdos na EaD que, independentemente de um modelo mais aberto e menos estruturado ou, então, outro mais engessado e determinado, necessita organizar os estudos de modo a cumprir as exigências curriculares a despeito da disparidade espacial e/ou temporal entre ele e os demais atores que compõem o ensino-aprendizagem.

Ademais, justamente pela sua inerente flexibilidade, a EaD tem sido amplamente usada, em países de dimensões continentais, como alternativa para a interiorização e a democratização do acesso educacional. Descentralizando a oferta, os cursos a distância, por meio de Polos de Apoio Presencial, estendem-se a regiões interioranas ampliando as capacidades de atendimento das universidades. No País, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), à guisa de exemplo, estabelece-se não apenas como mola propulsora do desenvolvimento da modalidade mas também como forma de expandir o acesso ao ensino superior e, consequen-

temente, qualificar gestores, servidores públicas e, especialmente, profissionais da educação básica.

Nesse sentido, am decorrência dos avanços tecnológicos e das intensas mudanças pelas quais a sociedade coetânea tem passado, a educação permanente se faz ainda mais necessária. Nas palavras de Serra, Araujo e Pereira (2020), a sociedade contemporânea vem passando por mudanças, porquanto os avanços científicos e tecnológicos têm alterado o modo de vida das pessoas, refletindo-se nas formas de trabalho, de lazer, de ensino e de aprendizagem. De acordo com Lévy (2010), vivemos num dos raros momentos em que, a partir de uma nova configuração técnica, isto é, uma nova relação com o cosmos, um novo estilo de humanidade é inventado. Dentre as implicações dessa forma de ver e conceber o mundo, tem-se a necessidade de educar-se para além dos espaços físicos de uma instituição. Na medida em que, como em Freire (2001), a educação permanente se faz dessa maneira não porque alguns sujeitos assim a determinaram, mas pela consciência dos seres humanos enquanto indivíduos inacabados, numa sociedade tecnológica, envolvida em constantes mudanças que incidem sobre diversas esferas da vida cotidiana, a formação que perpassa todo o processo de vida se torna um dos pilares do desenvolvimento.

Dito noutros termos, a educação se faz permanente não apenas pela finitude como característica indissociável dos seres humanos, mas também pela necessidade de se adequar aos padrões sociais claudicantes. Um profissional que, atualmente, passa pelo processo formativo e, em alguns anos, recebe a certificação que o habilita a exercer suas atividades profissionais certamente deverá se atentar às transformações que irão ocorrer acentuadamente no mundo do trabalho nas próximas décadas. A própria educação que, comparada a outras tantas áreas, historicamente incorpora os avanços tecnológicos de maneira mais morosa acaba por ceder, paulatinamente, às mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento da tecnologia e da técnica. Não estamos afirmando, porém, que a necessidade de atualização profissional esteja circunscrita à contemporaneidade. Todavia, é num contexto social permeado pelas TDIC e envolto em aceleradas transformações que a educação permanente se mostra fundamental, não apenas para a cidadania ou para o desenvolvimento humano, mas especialmente para a formação profissional.

A EaD, nesse cenário, pode ser entendida como alternativa para oferecer capacitação àqueles que já estão inseridos no mercado de trabalho ou que, por diversas situações, encontrariam empecilhos para frequentar regularmente as aulas presenciais. Essa modalidade vem sendo usada como forma de oferecer educação ao longo da vida, considerando-se que, pela flexibilidade e pelo uso intenso das TDIC, alinha-se às exigências de uma sociedade contemporânea tecnológica e que se modifica incessantemente. A educação, como já afirmamos, também tem passado por transformações, o que acaba por exigir, por parte dos professores, atualização profissional. Por seu turno, a EaD tem sido explorada, inclusive pelo Estado, como forma de capacitar os trabalhadores docentes, ampliando e democratizando o acesso.

Nesse prisma, entendemos que a autonomia é fundante no processo de ensino-aprendizagem dos cursos a distância. A flexibilidade no tempo e/ou espaço de estudos demanda disciplina, organização, capacidade de pesquisa, curiosidade, etc. para que o discente obtenha êxito na EaD. Além disso, precisamente pelas suas peculiaridades atinentes à flexibilização dos processos, a modalidade também está alinhada à educação permanente. Porque permite o acesso educacional àqueles que já estão inseridos no mercado de trabalho, que já constituíram família ou que, por motivos diversos, não poderiam frequentar regularmente,

num espaço físico determinado e num horário preestabelecido e rígido, a educação presencial. Partindo dessa discussão, seguimos a algumas apreciações direcionadas a propostas para a EaD que consigam unir postulados da teoria freiriana e as especificidades dos cursos a distância.

4. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM RESPEITO À AUTONOMIA DOS EDUCANDOS

Iremos propor, aqui, algumas sugestões para se conceber a EaD a partir de um conceito importante na teoria de Paula Freire, a saber, a autonomia. Com efeito, o exíguo espaços destas páginas não seria suficiente para abordar, ainda que de forma tangencial, todas as possibilidades que poderiam ser exploradas em cursos a distância. Contentamo-nos, pois, em trazer olhares que possibilitem apreender a EaD como modalidade para desenvolver a autonomia dos educandos, atrelada à perspectiva de educação permanente enquanto condição própria dos sujeitos que, conscientes de sua inconclusão, lançam-se na incessante busca do *ser mais*.

Nesse sentido, é preciso destacar que as possibilidades mais atuais das TDIC viabilizam trocas e relacionamentos profícuos para todos aqueles envolvidos no ensino-aprendizagem em cursos a distância. Se, para Freire (1996), estar no mundo significa, necessariamente, estar com o mundo e com os outros, a construção coletiva do conhecimento é imprescindível e, evidentemente, exige trocas, uma vez que, sem diálogo, não há comunicação e, sem esta, não há educação. Os recursos tecnológicos mais atuais propiciam maior interação entre os sujeitos na EaD. Ferramentas como fóruns, *chat*, webconferência, etc. servem à garantia da comunicabilidade dos sujeitos, quer de forma síncrona, quer de modo assíncrono. Partindo do pressuposto de que a educação, na perspectiva freiriana, baseia-se na dialogicidade, os cursos a distância devem galgar os degraus necessários para se atingir um processo educacional que se sustente na comunicação. Para Chaquime e Areão (2018, p. 139):

[...] Tendo em vista uma concepção educacional que enfatiza a interação entre aluno e professor no processo de ensino-aprendizagem, os cursos EaD, atualmente, utilizam Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) como *locus* de mediação desse processo e aumentam a participação de educadores numa perspectiva distinta daquelas mais tradicionais. Nesses ambientes, alunos são motivados a interagir entre si e com os docentes, de forma a atuar coletiva e colaborativamente na construção do conhecimento.

A própria flexibilidade no tempo e espaço de estudos exige dos aprendentes maior dinamicidade no processo. Eles são responsáveis por organizar a sua própria rotina, adequando a estrutura do curso às suas demandas e necessidades. Haja vista a grande importância que os materiais didáticos e as ferramentas assíncronas ganham na EaD, cabe ao discente, por vezes, a iniciativa de buscar, pesquisar e se aprofundar na apreensão dos conteúdos. Diferentemente da educação presencial cujos sujeitos estão situados num local físico definido e num espaço de tempo determinado, nos cursos a distância alunos e docentes se comunicam por intermédio de vários recursos tecnológicos. Isso significa que os profissionais da docência, como os tutores, atuam mais como mediadores de uma aprendizagem mais autônoma do que transmissores de conteúdo. Os estudantes são, assim sendo, colocados no centro do processo.

Evidentemente, não é nosso intuito defender, aqui, a EaD como uma solução para problemas educacionais que outrora se apresentavam na educação presencial. Tampouco estamos advogando essa modalidade como mais promissora do que quaisquer outras para o desenvol-

vimento dos ideais de autonomia e educação permanente. Entendemos que existem diversas questões críticas que subjazem ao uso da EaD na contemporaneidade. Dentre elas, cita-se a precarização do trabalho docente e a oferta educacional massificada e pouco preocupada para com a qualidade.

No entanto, como demonstrado anteriormente, a autonomia e, por conseguinte, a educação permanente podem ser exploradas na EaD dadas as especificidades dessa modalidade. Ao entendermos que, nas teorias de Paulo Freire, a tecnologia depende do uso e das intenções de quem as utiliza, percebe-se que a elaboração de propostas de ensino-aprendizagem em consonância com uma educação verdadeiramente progressista e emancipadora deve partir de um desvelamento das concepções políticas. Deve-se questionar para quem se está fazendo EaD, a favor de quem e de quê. Somente por meio dessa nítida compreensão dos ideais políticas que sustentam quaisquer propostas de cursos a distância é que se pode trabalhar no sentido de oferecer experiências de qualidade.

Feitas essas considerações, reiteramos que toda essa autonomia necessária à modalidade se materializa nos assim chamados Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Nesses espaços, encontram-se uma série de ferramentas e recursos que possibilitam aos docentes organizar atividades e tarefas. Existem desde opções mais interativas, como fóruns e *chats*, até outras mais estruturadas e predefinidas como os questionários. É dentro dos AVA que se concentra toda ou a maior parte do ensino-aprendizagem. As potencialidades das tecnologias mais atuais garantem uma série de recursos, tornando esses espaços mais dinâmicos no sentido de superar possíveis problemas que podem decorrer da distância entre os indivíduos.

Sugerimos, então, algumas propostas que podem ser usadas no sentido de estimular e respeitar a autonomia dos educandos. Vale salientar que iremos abordar ferramentas mais comuns nos AVA em meio à diversidade de ambientes virtuais que, atualmente, são usados em cursos na EaD. Mais especificamente, daremos atenção às opções presentes no Moodle, que é um *software* aberto, gratuito e, justamente por isso, tem sido amplamente usado no Brasil, mormente em instituições públicas. Dito isso, objetivando contribuir para o debate acerca de olhares pedagógicos que podem ser explorados na EaD a partir da concepção de autonomia em Paulo Freire, elaboramos o Quadro 1.

Quadro 1 – Ferramentas e respectivas propostas de ensino-aprendizagem explorando a autonomia

Nome da Ferramenta	Característica	Proposta de ensino-aprendizagem
Fórum	Possibilita a comunicação assíncrona dos sujeitos. Pode ser mediado pelos docentes, que estimulam e coordenam as discussões. Em muitos AVA, permite anexar arquivos, bem como compartilhar <i>links</i> .	É importante que os alunos tenham, efetivamente, autonomia no processo. O fórum pode ser configurado em torno de uma ou mais questões problematizadoras. Mas é fundamental convidar os alunos ao debate por meio de reflexões que eles mesmos devem fazer. Uma perspectiva interessante é estimular que eles reflitam sobre suas próprias experiências ou concepções. Assim, colocarão no fórum sua visão de mundo, discutindo, ainda, os materiais apresentados no curso e as contribuições dos outros alunos. Trata-se de um importante processo que parte do saber dos próprios educandos para, em conjunto, caminhar rumo a um saber mais aprofundado e intrincado.

Quadro 1 – Ferramentas e respectivas propostas de ensino-aprendizagem explorando a autonomia (continuação)

<p>Ferramenta de tarefa e/ou produção textual</p>	<p>Permite que o aluno produza, no próprio AVA ou em um documento de texto, um arquivo a ser anexado digitalmente. O docente pode atribuir nota e <i>feedback</i>.</p>	<p>A produção textual no AVA traz muitas possibilidades. Todavia, uma delas, que pode ser explorada no sentido da autonomia, é a pesquisa individual ou em grupos. Propõe-se um tema específico para o discente. Para tanto, é importante trazer algum material de embasamento, para estimular a reflexão inicial. Depois, pede-se ao aluno que busque, na internet, dois ou mais artigos científicos que tratem especificamente daquele problema. Com os materiais, o educando deve, então, fazer uma comparação crítica entre os textos. Se se desejar maior autonomia, pode-se deixar livre a escolha pelas bases de dados, bem como o formato de entrega, instituindo-se apenas alguns aspectos basilares. No entanto, se os alunos ainda têm certa dificuldade no estudo autônomo, pode-se estruturar a proposta, apresentando bases científicas em que devem ser feitas as pesquisas, além de um modelo de texto a ser entregue. Neste, o docente pode estipular quais itens o aluno deve comparar nos textos.</p>
<p>Webconferência síncrona</p>	<p>Muitos AVA não tem, a princípio, esse recurso. Mas, hoje, com as possibilidades tecnológicas, existem opções gratuitas e acessíveis como Google Meets, Zoom, Skype, entre outros.</p>	<p>Existem várias formas de usar a webconferência. Numa sugestão, o docente apresenta um ou mais textos que devem ser lidos pela turma anteriormente ao encontro virtual. Pode-se solicitar que eles entreguem um resumo antes da webconferência, com vistas a garantir a leitura dos materiais. Quando o encontro for marcado, pode-se fazer uma espécie de “roda de conversa”. Cada participante deve pedir a fala e, nesse momento, deverá compartilhar suas percepções sobre as leituras e sobre as discussões do grupo. O docente pode trabalhar com algumas concepções freirianias, como temas¹ e materiais que estimulem o debate. A título de exemplo, o mediador pode apresentar uma imagem, vídeo, ou outros recursos para fomentar a discussão, gerando inquietações nos estudantes. Cabe ao docente, aliás, manter o debate vivo, direcionando perguntas a participantes com menor participação e controlando a interação daqueles que, por vezes, monopolizam a fala.</p>
<p>Glossário</p>	<p>Permite que os discentes criem, efetivamente, um glossário, com termos e seus respectivos significados. Grosso modo, o aluno insere um título e depois uma descrição acerca de um termo, conceito, temática, etc.</p>	<p>Aqui, o docente pode explorar a autonomia por meio de temas que estimulem o debate. A partir de interações prévias entre os estudantes (em fóruns, por exemplo), o docente pode identificar temáticas críticas entre os seus alunos, que estejam em consonância com o conteúdo programático da disciplina. Depois disso, propõe a realização de um glossário, atribuindo a cada aluno, ou a cada grupo, temas/conceitos/termos/etc. que eles mesmos apresentaram anteriormente, na fase diagnóstica do processo. A partir disso, eles devem fazer buscas na internet, entendendo melhor o assunto a fim de ultrapassar o senso comum. Feita a pesquisa, deverão compartilhar o resultado em forma de texto sucinto no glossário. Para encerrar, pode-se convidar os alunos para que leiam as contribuições dos colegas, traçando paralelos para com a sua própria percepção da realidade.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na pesquisa realizada.

Reiteramos que as ideias supraditas são apenas esboços de perspectivas que podem ser trabalhadas na EaD e, mais especificamente, nos AVA no sentido de estimular a aprendizagem autônoma. Certamente, outras tantas possibilidades podem ser exploradas, tanto na perspectiva freiriana como na de outras teorias pedagógicas. Este artigo se contenta em apenas contribuir para o debate, colimando gerar, dentre outras coisas, inquietações para que professores e profissionais da área se debrucem sobre a importância de aliar concepções e teorias da educação às propostas mais atuais de EaD.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia ocasionada pelo novo coronavírus tem gerado mudanças importantes na educação. Muitas instituições e profissionais se depararam com a necessidade de incorporar, às suas práticas, ferramentas da EaD e tecnologias digitais. No entanto, essa reconfiguração do processo educacional tem gerado muitos problemas ao escancarar elementos como a desigualdade social e a urgência em investimento na formação de professores para que estes possam ser sujeitos que contribuam, de fato, para a construção de inovações pedagógicas, para além daquelas meramente tecnológicas.

Neste texto, apresentamos dois conceitos importantes na pedagogia freiriana, sendo eles a educação permanente e, por consequência, a autonomia. Buscamos observar que ambos se relacionam à EaD. Logo, parece-nos possível abordar teorias como a de Paulo Freire em propostas de cursos a distância que busquem qualidade. Consideramos que as tecnologias não são neutras, e seu uso depende de intenções políticas. Ou seja, é fundamental que os sujeitos que fazem e pensam a EaD estejam munidos de um conhecimento teórico, crítico e aprofundado. Por meio disso, poderão conceber propostas realmente pautadas em ideais de emancipação, respeitando a autonomia e a educabilidade dos sujeitos enquanto seres inconclusos.

Por fim, ressaltamos que a discussão não se encerra nestas páginas, porque muitas outras questões podem e devem ser consideradas. Mesmo em Paulo Freire, a pujante contribuição do autor possibilita diversas formas de explorar seus postulados na EaD de forma geral. Convidamos os leitores e as leitoras para que se debrucem sobre a temática, sempre à luz de um viés crítico, na tentativa de pensar em propostas de cursos a distância que considerem a qualidade do ensino-aprendizagem muito além da quantidade. Pois muitas das recentes experiências de EaD têm, infelizmente, guiado-se apenas pelos ideais do produtivismo, sem preocupação maior para com a garantia de uma formação ajustada às reais necessidades dos educandos. Que essa modalidade possa ser pensada, para além da pandemia, como forma de reduzir desigualdades sociais e oferecer acesso educacional àqueles que, por outros vias, talvez não seriam atendidos.

REFERÊNCIAS

BELLONI, M. L. **Educação a Distância**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2003, 115 p.

CHAQUIME, L. P.; AREÃO, A. S. A tutoria como docência: aproximações sobre os papéis dos tutores virtual e presencial na Educação a Distância. *In*: MILL, D.; SANTIAGO, G.; SANTOS, M.; PINO, D. (org.). **Educação a Distância: dimensões da pesquisa, da mediação e da formação**. São Paulo: Artesanato Educacional, 2018. p. 139-150.

FREIRE, P. **À sombra desta mangueira**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. 251 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, P. **Política e educação**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 57 p. v. 23.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

MORAN, J. M. Contribuições para uma pedagogia da educação on-line. *In*: SILVA, M. (org.). **Educação online**: teorias, práticas, legislação, formação corporativa. São Paulo: Loyola, 2003. p. 39-50.

SERRA, I.; ARAUJO, E. F. M.; PEREIRA, M. R. O. Tecnologias digitais no contexto da educação: novas perspectivas nos processos de ensinar e aprender. *In*: MILL, D.; VELOSO, B.; SANTIAGO, G.; SANTOS, M. (org.). **Escritos sobre educação e tecnologias**: entre provocações, percepções e vivências. São Paulo: Artesanato Educacional, 2020. p. 205-2018.

ⁱ Não estamos falando, necessariamente, de temas geradores, porque a proposta de atividade apresentada neste artigo é em demasia simplista para abarcar a complexidade desse conceito presente na obra freiriana. Trata-se, em verdade, de apenas uma ideia lançando mão da própria fala dos alunos com vistas a gerar temáticas que sejam coerentes à realidade deles e que, assim, estimulem o debate.